

**CONTRATO CONTRATANTE Nº 018/2018
(DP) que entre si celebram a COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS –
CONTRATANTE - e RODRIGO PIRONTI
AGUIRRE DE CASTRO - ME.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CONTRATANTE)**, sociedade de economia mista, registrada na JUCERJA sob o nº 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, nesta Cidade, neste ato por meio de seu Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e de seu Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO - ME**, empresário individual com endereço na Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 2155, sl. 1302, Mossungue, Curitiba, Paraná,, inscrito no CNPJ sob o nº: 15.410.267/0001-24, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante **Inexigibilidade de Licitação – IL nº 001/2018 (DP)**, com fundamento no inciso II do art. 25, da Lei 8.666/93, em conformidade com a autorização contida no **Processo Administrativo nº E-07/100.110/2018**, submetendo-se o ajuste às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 287/79, do Decreto Estadual n. 3.149/80 e do Decreto Estadual n. 45.600/2016, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Destina-se o presente ajuste à **"CONTRATAÇÃO DE CURSO IN COMPANY DE GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA LEI FEDERAL N. 13.303/2016"**, conforme aprovado em Resolução de Diretoria datada do dia 15 de Março de 2018, autuada à fl. 111 do Processo administrativo nº. E-07/100.110/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O curso será realizado no auditório do prédio sede da **CONTRATANTE**, com carga horária total de 16 (dezesseis) horas, e abordará os seguintes temas:

- (i) A fascinante história do risco e a teoria dos jogos;
- (ii) Administração Pública: uma nova realidade;
- (iii) Qual o motivo de se estudar riscos no Brasil?;
- (iv) Análise estratégica da gestão de riscos;
- (v) A gestão de riscos na nova lei das Estatais (lei 13.303/2016);
- (vi) As métricas de análise do controle e de respostas ao risco;
- (vii) Matriz de Riscos e Controle nas licitações;
- (viii) Compliance e integridade para mitigação dos riscos; e
- (ix) Workshop de matriz de riscos e JOGOGOV.



PARÁGRAFO SEGUNDO – O curso será ministrado para, aproximadamente, 60 (sessenta) empregados da **CONTRATANTE**, em 02 (dois) dias úteis no horário de 8:00 às 17:00, com intervalo 01 (uma) hora para almoço.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O curso será ministrado pelo Prof. Dr. Rodrigo Pironti Aguirre de Castro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se pelo planejamento, coordenação e desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Contrato, observando integralmente a metodologia indicada em sua proposta, atuada às fls. 95 a 97 do referido processo administrativo;
- b) Arcar com as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação do instrutor;
- c) Fornecer material didático para disponibilização eletrônica (slides), bem como o certificado de Participação no curso, que deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ordem de início;
- d) Responder, perante a **CONTRATANTE**, pela qualidade técnica e orientação dos trabalhos desenvolvidos;
- e) Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros em decorrência da execução deste contrato;
- f) Atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CONTRATANTE**, apresentando a documentação necessária ao processamento dos pagamentos.
- g) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91; e
- h) Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I- Até 200 empregados-----	2%
II- De 201 a 500 -----	3%
III- De 501 a 1.000-----	4%
IV- De 1001 em diante -----	5%

II – São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Indicar uma pessoa para apoiar a **CONTRATADA** na operação dos equipamentos instalados no auditório do prédio sede;
- b) Proporcionar todas as facilidades de acesso às suas instalações para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços com eficiência;

- c) Providenciar sistema de som, microfones, projetor multimídia, tela de 100", computador e apresentador multimídia sem fio para utilização do instrutor, inclusive o oferecimento de coffee-breaks, se for o caso;
- d) Indicar uma Comissão composta por 3 (três) membros para a Fiscalização dos trabalhos que serão desenvolvidos pela **CONTRATADA**; e
- e) Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo desta contratação será o estritamente necessário à realização do curso e à entrega dos certificados, sendo estimado em 30 dias, e terá como termo inicial a data indicada para a realização do curso na ordem de início emitida à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A alteração do prazo indicado na ordem de início somente será permitida quando comprovada a ocorrência de alguma das causas elencadas pelo §1º do art. 57 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A dilação do prazo em nenhuma hipótese ensejará a majoração do valor contratado, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível que seja capaz de impossibilitar a execução do objeto.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Qualquer outra despesa que se faça indispensável em decorrência deste contrato deverá ser previamente aprovada por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará pelo curso o valor total de **28.463,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais)**, cujo montante incluirá: despesas com honorários do professor, hospedagem, deslocamento, alimentação, material didático eletrônico (slides), cessão de direitos de imagem para a exploração do material eletrônico nas datas do curso, certificado de participação, bem como todos os impostos, taxas, contribuições sociais e despesas relativas ao objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) feito(s) no prazo de até 30 (trinta) dias contados do adimplemento de suas obrigações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A(s) obrigação(es) da **CONTRATADA** será(ão) considerada(s) adimplida(s) pela prestação do(s) serviço(s) contratado(s) e entrega da(s) nota(s) fiscal(is) e demais comprovantes mencionados no parágrafo primeiro da cláusula sexta. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação enviada e a eficiência do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, fazendo-o como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

PARÁGRAFO QUARTO – O registro, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação apresentada impedirá a concessão do atesto e suspenderá o prazo para pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO – A irregularidade da documentação necessária ao atesto ensejará, ainda, a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA** comunicando a abertura do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa e demonstração do cumprimento das obrigações previstas no parágrafo primeiro da cláusula sexta, sob pena de aplicação da penalidade de advertência. Permanecendo inalterada a situação total ou parcialmente, o contrato será rescindido com as consequências previstas no item "iii" do parágrafo oitavo da cláusula nona.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATANTE** fará o pagamento através de depósito em conta-corrente da **CONTRATADA** no banco Bradesco, a ser por ela indicada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO - Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória pela **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor a exceção de inadimplemento como justificativa para a interrupção unilateral ou atraso das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta do Código 33903921, Programa de Trabalho 2200022016, Conta Contábil 411110158, Elemento de Despesa 339039, Centro de Custo DP03000000, Fonte de Recursos 10, ID da Reserva Orçamentária n. 2018000487 do presente exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

Para todos os fins e efeitos jurídicos a **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus profissionais, estejam estes envolvidos direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Contrato, permanecendo a **CONTRATANTE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deverá entregar o(s) serviço(s) previsto(s) nesta contratação acompanhado(s) de sua(s) nota(s) fiscal(is) e dos seguintes comprovantes: (i) caso se enquadre no regime de quotas de que trata a alínea "h" do item I da cláusula segunda, deverá apresentar a declaração de cumprimento da Lei Estadual n. 7.258/2016, relativa à aplicação do regime de cotas; e (ii) caso existam empregados seus vinculados exclusivamente à execução destes serviços, deverão ser apresentados ainda: a prova de pagamento do FGTS e do INSS relativos a tais empregados; bem como uma "**declaração**" afirmando que se encontra em dia com os pagamentos dos salários destes mesmos funcionários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento. A apresentação irregular desta mesma documentação impedirá a concessão do atesto pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** também será obrigada a reapresentar, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato, todos os documentos de habilitação que lhe foram exigidos para esta contratação, e isso: (i) sempre que expirados seus prazos de validade; ou (ii) quando houver a necessidade de elaboração de algum termo aditivo ao contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CONTRATANTE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:



- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

PARÁGRAFO QUARTO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea "b", observará o seguinte:

- i) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme disciplinado pelo artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.



iii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

iv) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e com a multa rescisória, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", observará o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, quando este não realizar o depósito deste no prazo devido; e

iii) Será aplicada à **CONTRATADA** pelo prazo de 1 (um) ano, no caso de rescisão contratual decorrente do disposto na cláusula quarta, parágrafo quinto.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, prevista na alínea "d", perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) sobre cada dia útil que exceder ao prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa rescisória e demais sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea "b", e no parágrafo anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado a qual indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretender imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta cláusula, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual direta e indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas serão registradas pelo no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na alínea "c" e "d" desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE** quando verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão unilateral será feita sem qualquer indenização à **CONTRATADA**, a não ser pelas parcelas do objeto realmente executadas e aprovadas pela **CONTRATANTE**, e desde que descontados destas quaisquer créditos que aquela venha a possuir à época, relativos às sanções aplicadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A declaração de rescisão unilateral deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do ato rescisório em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO - Constituem motivo para a rescisão unilateral do Contrato, além daquelas relacionadas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, a cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão unilateral, além das sanções cabíveis na cláusula nona, caberá à **CONTRATANTE**: a) cobrar da **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) em decorrência da rescisão contratual unilateral, calculada sobre o saldo reajustado do contrato; e b) cobrar indenização suplementar em juízo se verificado prejuízo superior ao valor da multa rescisória, nos termos do art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - Todas as penalidades aplicadas em decorrência deste contrato serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CONTRATANTE** autorizada a descontá-las da garantia prestada e, em sendo esta insuficiente, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, podendo ainda cobrá-las judicialmente, servindo o presente instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Par fins de publicidade, o extrato do contrato será publicado pela **CONTRATANTE** na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a publicação, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para cumprimento da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - PACTA SUNT SERVANDA

O presente instrumento faz lei entre as partes e substitui todos os documentos produzidos na fase de negociação, quando em contradição com seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – será emitido TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CONTRATANTE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CONTRATANTE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

PARÁGRAFO QUARTO – Se após 10 (dez) dias, contados a partir da conclusão da última etapa/parcela, a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CONTRATANTE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO – Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

PARÁGRAFO SEXTO – A obrigação será considerada adimplida, conforme já mencionado no parágrafo segundo da cláusula quarta, pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo primeiro da cláusula sexta.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O representante da **CONTRATANTE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos



PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CONTRATANTE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CONTRATANTE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CONTRATANTE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUINTO – Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

PARÁGRAFO SEXTO - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO TÉRMINO DAS OBRIGAÇÕES

As obrigações aqui contratadas se exaurem, em relação à **CONTRATANTE**, pelo pagamento dos serviços contratados e, relativamente à **CONTRATADA**, pela entrega do(s) produto(s) aceito(s) definitivamente pela Comissão Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE

A **CONTRATADA** se obriga a manter todos os documentos e informações provenientes da prestação dos serviços contratados resguardados pela confidencialidade inerente à profissão que somente serão revelados, total ou parcialmente, com a expressa autorização da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O compromisso de confidencialidade não abrangem informações que: (i) eram do conhecimento da **CONTRATADA** anteriormente, não estando sujeitas à obrigação de se serem mantidas em sigilo; (ii) sejam reveladas a terceiros pela parte que as forneceu à **CONTRATADA**, isenta de

restrições; (iii) estejam ou se tornem publicamente disponíveis por meio diverso, salvo a revelação não autorizada pela **CONTRATADA**; e (iii) sido exigidas por ordem judicial ou administrativa.

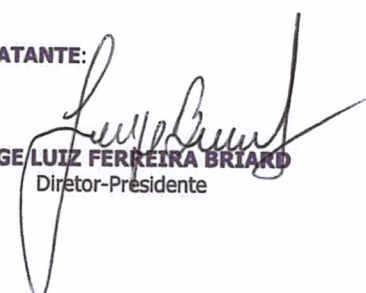
CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA – DO FORO


As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como o competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

Rio de Janeiro, 15 de Março de 2018.

Pela **CONTRATANTE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com os Investidores

Pelo **CONTRATADO**:


RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO
Empresário individual

TESTEMUNHAS:

1) Daniela Patrícia de Dill RG 90472848-0

2) _____
contr-RODRIGO-PIRONTI-curso-in-company-IL-001/2018

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DA DIRETORA-PRESIDENTE

PORTARIA PRES Nº 43 DE 17 DE ABRIL DE 2018

INFORMA OS GESTORES, GESTORES SUBSTITUTOS E FISCALIS DOS CONTRATOS QUE MENCIONA.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS, no uso de suas atribuições estatutárias, e tendo em vista o que consta o artigo 8º do Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Informar os contratos, abaixo nominados, os respectivos Gestores, Gestores Substitutos e Fiscais:

No âmbito da Presidência:

Portaria PRES - 053/2015 - Contrato nº ASJUR/007/2014 - Escritório de Advocacia Vieira de Castro, Mansur e Pavesi. Objeto: Assuntos de Natureza Trabalhista. Gestor: Célio Henrique Cianella - Assessor Jurídico Especial. Gestor Substituto: Isabelle Silva Costa. Fiscais: Marcia Jansen - Assessora Adjunta Especial Civil - Isabelle e Silva Costa - Assessora Adjunta Especial Contencioso.

Portaria PRES - 054/2015 - Contrato nº ASJUR/006/2014 - Escritório de Advocacia Gonçalves Pereira e Cândido de Oliveira. Objeto: Assuntos de Natureza Contenciosa Civil. Gestor: Célio Henrique Cianella - Assessor Jurídico Especial. Gestor Substituto: Marcia Jansen. Fiscais: Marcia Jansen - Assessora Adjunta Especial Civil - Jéssica Dias Costa de Oliveira Coelho - Assessora do Diretor.

Portaria PRES - 044/2018 - Contrato nº 002/2018. STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA - EPP. Objeto: Prestação de serviços de auditoria independente para os exercícios de 2016 a 2020. Gestor: João Cezar Cunha Oliveira - Assessor Especial de Controle Interno. Gestor Substituto: Leonardo Bastos Santos - Assessor Chefe da Auditoria Interna. Fiscal: Regis Atila da Rocha Viana - Contador.

No âmbito da Diretoria de Administração e Finanças:

Portaria PRES - 062/2015 - Contrato 001/2013 - Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda. - ASSIM. Objeto: Prestação de serviços de assistência médica-hospitalar. Gestor: Mauro Nunes da Silva - Assistente I. Fiscal: Maria das Graças Nunes Ferraz - Assistente I.

Portaria PRES - 063/2015 - Contrato nº 002/2017 - Elevadores Adas Schindler Ltda. - Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 04 (quatro) elevadores, instalados no prédio da Av. Nossa Senhora do Copacabana, nº 493, Copacabana - Rio de Janeiro - RJ, com fornecimento de peças originais e genuínas. Gestor: Antonio Celso Araújo dos Santos - Assistente de Administração III. Gestor Substituto: Antonio Mendes Pinheiro - Administrador III. Fiscal: Heber Luis Silva Cal - Assistente de Administração III.

Portaria PRES - 151/2015 - Contrato nº 001/2015-Divida de Médio e Longo Prazo - DMLP - Objeto: Acompanhar, junto ao Tesouro do Governo Federal as dívidas decorrentes dos empréstimos com credores externos. Gestor: Claudio Pereira Perez - Economista III. Gestor Substituto: Carlos Alberto Rinaldi da Silva - Administrador III. Fiscal: Carlos Alberto Rinaldi da Silva - Administrador III.

Portaria PRES - 004/2016 - Contrato nº 002/2015 - 02 - VICMA Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda. Objeto: Serviços de locação de equipamentos multifuncionais digitais. Gestor: Antonio Celso Araújo dos Santos - Assistente de Administração III. Gestor Substituto: Antonio Mendes Pinheiro - Administrador III. Fiscal: Heber Luis Silva Cal - Assistente de Administração III.

Portaria PRES - 052/2016 - Contrato nº 001/2016 - GREEN CARD S/A. Refeições Comércio e Serviços. Objeto: Prestação de Serviços de Fomento de Tiquetes de Alimentação e Refeição do tipo Card Magnético para empregados e demais profissionais no exercício das suas atividades laborais. Gestor: João Antonio do Rego Barros Grisolia - Administrador III. Gestor Substituto: Oswaldo Campanelli Filho - Assistente II. Fiscal: Oswaldo Campanelli Filho - Assistente II.

Portaria PRES - 088/2017 - Contrato nº 001/2017 - CLARO S.A. Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações, referente ao Lote 1 - Serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nos Códigos Nacionais CN 21, 22, 24 e CN 61, e Lote 2 - Serviços de Acesso Móvel - M-3G / 4G. Gestor: Antonio Celso Araújo dos Santos - Assistente de Administração III. Gestor Substituto: Antonio Mendes Pinheiro - Administrador III. Fiscal: Heber Luis Silva Cal - Assistente de Administração III.

No âmbito da Diretoria de Patrimônio e Controle:

Portaria PRES - 042/2014 Objeto: Comissão Executiva para acompanhamento e fiscalização a execução do Contrato de Comodato com o Centro Cultural Córdão da Bola Preta. Coordenador: Cleber de Souza Lannes - Arquiteto. Substituto do Coordenador: Paulo Alves Catão.

Portaria PRES - 056/2015 - Contrato nº 001/2015 - SISPRO S/A. Serviços e Tecnologia de Informação. Objeto: Prestação de serviços de manutenção e assistência técnica de cópia do "software" sistema - SISPRO PATRIMONIAL. Gestor: Luiz Tadeu Ferreira Dutra - Administrador III. Gestor Substituto: Cleber de Souza Lannes - Arquiteto. Fiscal: Orlando D'Almeida Marques - Administrador III.

Portaria PRES - 088/2017 - SOMPRO SEGUROS S/A. Objeto: Seguro contra incêndio, roubo e explosão do Edifício Sade. Gestor: Luiz Tadeu Ferreira Dutra - Administrador III. Gestor Substituto: Cleber de Souza Lannes - Arquiteto I. Fiscal: Orlando D'Almeida Marques - Administrador III.

Portaria PRES - 046/2018 - Objeto: Acompanhamento das execuções dos Termos de Cessão de Uso referente às Áreas Remanescentes - AR 104 e Anexo General Osório. Gestor: Maria da Conceição Melo Fiorani - Assistente Administrativo. Gestor Substituto: Hilda Maria Gama Signorelli - Arquiteta. Fiscal: Alexandre Augusto Mello da Fonseca - Administrador.

Portaria PRES - 047/2018 - Objeto: Acompanhamento das execuções dos Termos de Cessão de Uso referente às Áreas Remanescentes - AR 202, 203 e 210. Gestor: Maria da Conceição Melo Fiorani - Assistente Administrativo. Gestor Substituto: Hilda Maria Gama Signorelli - Arquiteta. Fiscal: Alexandre Augusto Mello da Fonseca - Administrador.

Portaria PRES - 048/2018 - Objeto: Acompanhamento das execuções dos Termos de Cessão de Uso referente às ARS- 119, 201, 400 A, 400 B, 400 C. Gestor: Maria da Conceição Melo Fiorani - Assistente Administrativo. Gestor Substituto: Hilda Maria Gama Signorelli - Arquiteta. Fiscal: Alexandre Augusto Mello da Fonseca - Administrador.

No âmbito da Diretoria de Engenharia:

Portarias PRES - 058 /2014 e PRES-022/2016 - Contrato nº 011/2014 - Plano Diretor Metroviário - Consórcio SETEPLA - LOGIT / PDM. Objeto: Prestação de Serviços de elaboração do Plano Diretor Metroviário - PDM na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Gestor: Raul de Oliveira Pereira - Diretor - Vice-Presidente. Gestor Sub-

stituto: Nelson de Paula Ferreira Junior - Engenheiro Eletrônico. Fiscais: Air Ferreira - Engenheiro Eletricista III, Maria Angélica de Albuquerque Pinheiro - Engenheiro Civil III, Sidney Suzano de Franca Miranda Filho - Arquiteto II, Cristine Leite Call Petrus - Assessora Especial da Diretoria de Administração e Finanças e Andreza de Lourdes Cazel Kanuer - Assessora Especial da Presidência.

Portarias PRES - 064/2016 e PRES - 048/2017 - Contrato nº 017/2013 - Objeto: Apoio no Gerenciamento, Fiscalização e Supervisão das Obras de Implantação da Linha 4 - Gestor: Air Ferreira. Gestor Substituto: Nelson Ferreira de Paula Junior. Fiscais: João Batista de Paula Junior e Luiz Reis Pinto Moreira.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2018

TATIANA VAZ CARLUS

Diretora-Presidente do RIOTRILHOS

Id: 2104789

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 02/05/2018

PÁGINA 21 - 2ª COLUNA

ATOS DO PRESIDENTE

DE 18/04/2018

Onde se lê: APOSENTA ANA LUCIA MARCHON LEÃO RAMA-

LHO... Leia-se: APOSENTA ANA LUCIA MARCHON LEÃO RAMALHO...

Id: 2104658

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO CONSELHO DIRETOR

DE 07.05.2018

PROCESSO Nº E-07/002.1688/2014 - Condomínio Praia do Engenho - Auto de Infração nº SUPBIEGEA/00140551, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria GTIA nº 29/2018, de 03 de maio de 2018, tendo em vista manifesta intempetividade, DEIXA-SE de processar o recurso.

PROCESSO Nº E-07/5052829/2010 - O Conselho Diretor, na sua 375ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 04/04/18, decidiu INDEFERIR o recurso apresentado pela Artigam Marmores Granitos LTDA. Mantendo em sua integralidade o Auto de Infração de Multa Simples nº COGEFISEA/00141745, tendo em vista a redação do art. 8º, inciso XII e art. 63, inciso I, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, que estabelece com atribuição do CONDIR apreciar e decidir os recursos apresentados contra as decisões proferidas pelo Vice-Presidente.

PROCESSO Nº E-07/512354/2011 - O Conselho Diretor, na sua 369ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 21/02/18, decidiu INDEFERIR o recurso apresentado pela Ipiranga Alimentos S/A. Mantendo em sua integralidade o Auto de Infração de Multa Simples nº COGEFISEA/00142838, tendo em vista a redação do art. 8º, inciso XII e art. 63, inciso I, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, que estabelece com atribuição do CONDIR apreciar e decidir os recursos apresentados contra as decisões proferidas pelo Vice-Presidente.

DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

DESPACHO DO DIRETOR

DE 08.05.2018

PROCESSO Nº E-07/002.1906/2018 - FICA ACEITO, em CARÁTER PROVISÓRIO, à EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDACÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO CORREGO D'ANTAS E RIO BENGALAS NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ, Contrato nº 09/2013, assinado em 18/02/2013, Empresa CONSORCIO RIO BENGALAS, objeto do Processo nº E-07/508.402/2012.

Id: 2104657

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO

ATO DO COORDENADOR-EXECUTIVO

PORTARIA INEA COEXEC Nº 39 DE 08 DE MAIO DE 2018

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 57/2011, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O COORDENADOR-EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº E-07/510.624/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir PEDRO ROGÉRIO VIEIRA CABRAL, ID Funcional nº 50892487, por MARCELO BARBOSA DA SILVA SCHUENCK, ID Funcional nº 50892177, na gestão do CONTRATO INEA Nº 57/2011, firmado com ARP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, designado pela Portaria INEA/COEXEC nº 16, de 19/10/2017, publicada no DOERJ de 23/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e retroagirá seus efeitos a contar de 08/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2018

LINCOLN MURCIA

Coordenador Executivo e de Planejamento

Id: 2104668

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 15/03/2018

"DESIGNA SCHEILLA PELUSSO ROSSI, Advogada C, como Presidente, FERNANDA JUSTO BESSERA, DIEGO NUNES MULLER, Advogada B, como membros titulares e GABRIEL LEMOS DE MATOS, ADRIANA FERREIRA DA PAZ, Assessora Técnica e EVERTON OLIVEIRA DE FIGUEIREDO, Técnico de Contabilidade I, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE CURSO IN COMPANY DE GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016", de que trata o Processo E-07/100.110/2018. Ordem de Serviço "E" nº 15.06/2018. *Omitido no D.O. de 16/03/2018.

Id: 2104684

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 27/04/2018

PROCESSO Nº E-07/100.699/2017 - HOMOLOGA o licitação por Preço Eletrônico nº 322/2018 (ASL-DP), realizado em 20/03/2018.

Id: 2104664

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 07/05/2018

PROCESSO Nº E-17/100.396/2016 - CN 005/2016 - MANTENHO A DECISÃO da Comissão Especial designada pela O.S. CEDAE nº 14.897 de 30 de outubro de 2017 e da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços da Engenharia manifestando-me pelo INDEFERIMENTO do recurso interposto pela licitante CONSORCIO ETIA G3 (constituído pelas Empresas SENHA ENGENHARIA E URBANISMO S.S. e ENGCONCONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA, PARALELA I CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA e TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA), com base em licitação em epígrafe permanece com o seguinte resultado: 1º colocado: CONSORCIO CONEN / ENCIBRA (Nota Técnica (CF) = 76,6 - R\$ 10.261.870,88) e 2º colocado: CONSORCIO ETIA G3 (Nota Técnica (CF) = 74,2 - R\$ 12.496.968,19).

Id: 2104785

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 07/05/2018

PROCESSO Nº E-17/100.090/2016 - Acato a decisão da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Não Engenharia referente ao julgamento dos recursos interpostos sobre a fase de habilitação da licitação por Concorrência Nacional - CN 203/2017, reconsiderando a decisão anteriormente proferida, resolvendo pela INABILITAÇÃO do escritório NELSON WILANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS; pela HABILITAÇÃO dos escritórios CHERMONT, VANDERLER & CRESPO ADVOGADOS, DANNEMANN SIEMSEN ADVOGADOS ASSOCIADOS, FRAGATA & ANTUNES ADVOGADOS ASSOCIADOS e TOSCANI & DE PAULA ADVOCACIA EMPRESARIAL e pela MANUTENÇÃO DA INABILITAÇÃO dos escritórios: C. MEDEIROS & MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS, CASAS & ALMEIDA ADVOGADOS e FERREIRA & CHAGAS ADVOGADOS.

Id: 2104792

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DA DIRETORA

DE 07/05/2018

PROCESSO Nº E-06/004/124/2013 - AUTORIZO o reconhecimento da dívida de pessoal e encargos sociais de exercício anterior, nos termos da Resolução SEPLAC nº 110/2013, das despesas para pagamento de Adicional de Qualificação, referente aos meses de junho e dezembro/2013 ao servidor Fausto Silvestri, Extensionista, Id. Funcional nº 4434205-5, no valor total de R\$ 3.360,00.

Id: 2104766

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRAB Nº 88 DE 07 DE MAIO DE 2018

DESIGNA COMPETÊNCIA PARA PRÁTICA
DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar competência ao Diretor de Divisão REGINALDO DA SILVA CLEMENTE ID 4315740-8, para gerir, coordenar, organizar, avaliar e demais atos indispensáveis à boa e regular execução, do Programa de Voluntariado da SETRAB, instituído e regulamentado pela Resolução SETRAB nº 85/2018, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2018

MILTON RATTES DE AGUIAR

Secretário de Estado de Trabalho e Renda

Id: 2104685

Secretaria de Estado de Cultura

ATO DO SECRETÁRIO E DO DIRETOR-PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONJUNTA SECEMOP Nº 371

DE 27 DE ABRIL DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO
ORÇAMENTÁRIO NA FORMA QUE ESPECIFI-
CA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA e o DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10/10/2018, que altera a redação e fiza a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto Estadual nº 46.230/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e o Decreto nº 42.436, de 30/04/2010, que dispõe sobre a descentralização da execução de crédito orçamentário e o que consta do Processo Administrativo nº E-18/001/1172/2013,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Para atender despesas com a execução do projeto Cinema da Cidade.

II - VIGÊNCIA: Data início a partir da emissão da Nota de Crédito - Término: 31.12.2018.

III - DE/Concedente: 1501 - Secretaria de Estado de Cultura - SEC. UO: 15010 - Secretaria de Estado de Cultura - SEC. UO: 150100 - Secretaria de Estado de Cultura - SEC.

IV - PARA/Executante: 0751 - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP. UO: 07510 - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP.

V - CRÉDITO: PT: 13.392.0297.1022 - Implantação de Cinema NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.00 FONTE DE RECURSOS DETALHADA: 212 VALOR: R\$ 35.235,97 (trinta e cinco mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos).

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados nesta Resolução Conjunta deverá ser acompanhada de parecer elaborado pelo Controle Interno do Órgão Executante opinando quanto à regularidade.

KAREN DA SILVA VEIGA
KARINA DA SILVA VIANA
LETICIA ALVES OLIVEIRA
LUCAS EDUARDO DA SILVA CARVALHO
LUCAS TADEU REIS BATISTA DE SANT'ANNA BERTI
LUIZ FABRICIO NUNES
NAYANE CRISTINE RIBEIRO MACHADO
PAMELA PAIXAO LACERDA CALCANTINI
PAULO AUGUSTO REIS BATISTA DE SANT'ANNA BERTI
SARA FERREIRA MARQUES
THIAGO DA CRUZ SILVA ARAUJO

CURSO: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE JOVENS E ADULTOS
ANO 2017.1

ANDRE LUIS DOS SANTOS RAMOS FILHO
GABRIEL LEÃO DO NASCIMENTO
JESSICA RITA DA SILVA VIDAL DE LIMA
LETICIA DA SILVA ALVES
MARIANA SILVA DE OLIVEIRA

A DIRETORA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29 de abril de 2004, torna público o nome do aluno que concluiu o **CURSO DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO EM INFORMÁTICA** neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA ANO: 2014
MANOEL MESSIAS DE ALMEIDA LIMA

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 25/10/2012
PÁGINA 36 - 3ª COLUNA
EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
ANO: 2012
Onde se lê:
ESDRAS RODRIGUES MENDES
Leia-se:
RAFAEL RODRIGUES MENDES

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO SARACURUNA
EDITAL

O COORDENADOR DO CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO SARACURUNA, nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163/2004, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna público o nome do aluno que concluiu o **CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM POLÍMEROS - ANO: 2014
ALCIR BOMFIM FERNANDES

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO
EDITAIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO, nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163/2004 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Certificados/Diplomas expedido por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 1998
RODRIGO VIDAL DE AZEVEDO
SAUL VITOR FRANCISCO DE MELLO

CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - ANO: 2003
OSWALDO LUIZ MARTINS DA SILVA

CURSO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - ANO: 2003
TIAGO FRANCISCO DE MENEZES

CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - ANO: 2004
FLÁVIA MELLO DO CARMO

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2009
GUSTAVO DUARTE MARTINS DOS SANTOS
JONATHAN JEFFERSON DA CRUZ BATISTA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2012
JAIR LUIZ DE AZEVEDO FILHO

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO, nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163/2004 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o **CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO** neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2014
PAULO VITOR RUBIO DE MELLO

CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - ANO: 2015
SHEILA RODRIGUES DE SOUZA SANTOS

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2015
DIOGO MAHOMED DE ALMEIDA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE
EDITAIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163/2004 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o **CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE 2º GRAU**, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: DESENHISTA DE ESTRUTURAS NAVAIS - ANO: 1993
JOSÉ LUIZ ARAUJO MANOEL

CURSO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - ANO: 1999
WILSON DOS SANTOS MOTT

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163/2004 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a relação nominal do aluno que concluiu o **ENSINO MÉDIO** neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2014
ELIEZER CATALDO SOUZA JÚNIOR

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Certificados/Diplomas expedido por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM MÁQUINAS NAVAIS - ANO: 2015
PAULO HENRIQUE DA ROCHA MOLINA

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Certificados/Diplomas expedido por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2006
FERNANDA CAROLINA MOURA DA SILVA SANTOS

CURSO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ANO: 2006
ANDRÉ LUIS DA SILVA COUTO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 07/04/2017
PÁGINA 19 - 2ª COLUNA
EDITAL

Onde se lê:
CURSO: AUXILIAR TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA - ANO: 1984
EDGARD DE OLIVEIRA LEITE
Leia-se:
CURSO: AUXILIAR TÉCNICO DE ELETRICIDADE - ANO: 1984
EDGARD DE OLIVEIRA LEITE

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS AVISO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público para conhecimento dos interessados que, no dia 28 de maio de 2018, às 10h00min, no auditório do CLUBE DE ENGENHARIA, situado na Av. Rio Branco, nº 124, 22º andar - Rio de Janeiro, realizará leilão DT21.18 na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LA CERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. A cópia do Edital poderá ser consultada através do site www.detro.rj.gov.br.

Id: 2104776

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo.

PREGÃO ELETRÔNICO 009/2018.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço técnico de higienização do acervo de documentos administrativos do INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global.

DATA DE INÍCIO DE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/05/2018, às 09:00 horas.

DATA LIMITE PARA ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 22/05/2018, às 10:45 horas.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/05/2018, às 10:50 horas.

DATA E HORA DO PREGÃO: 25/05/2018, às 11:00 horas.

PORTAL: www.compras.rj.gov.br.

NUMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 21026.
QUISÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, nº 110 - Sala 404 - Saude - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta-feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2104859

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149976

NOME: Mota e Fonseca Ltda. CNPJ/CPF Nº: 06.304.142/0002-54. ENDEREÇO: Rua Margaridas, 240. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.924,58. PROCESSO Nº E-07/002.9384/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149902

NOME: Vottrantim Cimentos Brasil S/A. CNPJ/CPF Nº: 96.824.694/0073-07. ENDEREÇO: Avenida Senador Ermirino de Moraes, 522. MUNICÍPIO: Cantagalo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 3.339,74. PROCESSO Nº E-07/002.8632/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149914

NOME: Ml Madeiras Itaperuna Ltda. CNPJ/CPF Nº: 35.942.796/0001-86. ENDEREÇO: Avenida Três Pinheiros, 109. MUNICÍPIO: Itaperuna - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.924,58. PROCESSO Nº E-07/002.4325/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149945

NOME: Marcio Cardoso Pagniez. CNPJ/CPF Nº: 864.333.697-15. ENDEREÇO: Rua Amaral Neto, ao lado do nº 18. MUNICÍPIO: Belford Roxo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 80 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 4.229,28. PROCESSO Nº E-07/002.3068/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149975

NOME: Lokal Comercio de Moveis e Madeiras. CNPJ/CPF Nº: 20.086.492/0001-25. ENDEREÇO: Avenida Siqueira, 3156. MUNICÍPIO: Siqueira - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.924,58. PROCESSO Nº E-07/002.9386/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149911

NOME: Kukline 1385 Madeiras Ltda. CNPJ/CPF Nº: 02.776.361/0001-50. ENDEREÇO: Avenida Getúlio de Moura, 1386 Ija 194. MUNICÍPIO: São João de Meriti - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.924,58. PROCESSO Nº E-07/002.4316/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149912

NOME: Riomadeiras Com. Madeiras e Ferragens Ltda. CNPJ/CPF Nº: 13.978.649/0001-86. ENDEREÇO: Avenida Santa Cruz, 1871. MUNICÍPIO: Siqueira - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.924,58. PROCESSO Nº E-07/002.4321/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149915

NOME: Casa H G Ltda. CNPJ/CPF Nº: 32.183.899/0001-11. ENDEREÇO: Avenida Delfim Moreira, 1200. MUNICÍPIO: Teresopolis - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.924,58. PROCESSO Nº E-07/002.4327/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149913

NOME: Colonial da Jacutinga Material de Construção Ltda. CNPJ/CPF Nº: 04.776.647/0001-08. ENDEREÇO: Avenida Dona Delfina Borges, 1286 Galvão. MUNICÍPIO: Nova Iguaçu - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.924,58. PROCESSO Nº E-07/002.4324/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149967

NOME: Volmir Luis Demichei. CNPJ/CPF Nº: 893.591.359-68. ENDEREÇO: Rua João Batista dos Reis Santos, s. Lote 44. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 94 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 12.039,90. PROCESSO Nº E-07/002.1088/2013.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149946

NOME: Marcio Cardoso Pagniez. CNPJ/CPF Nº: 864.333.697-15. EN-

DEREÇO: Rua Amaral Neto, ao lado do nº 18. MUNICÍPIO: Belford Roxo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 85 e 95 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 49.731,94. PROCESSO Nº E-07/002.3074/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR Nº COGEFI-SEAI/00149527

NOVE: Auto Posto Valdevez Ltda. CNPJ/CPF Nº: 42.236.778/0001-44. ENDEREÇO: Estrada Pau Ferro, 1.128. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Suspensão Parcial ou Total das Atividades. PROCESSO Nº E-07/002.6563/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149599

NOVE: CSN Cimentos S/A. CNPJ/CPF Nº: 42.564.807/0001-05. ENDEREÇO: Rodovia Lúcio Meira (BR-393), km 5.001. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 4.338,79. PROCESSO Nº E-07/002.11510/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR Nº COGEFI-SEAI/00139972

NOVE: Ilha dos Mineiros Extração Mineral Ltda. CNPJ/CPF Nº: 06.305.465/0001-37. ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, s. km 197. MUNICÍPIO: Quatzenópolis - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 83/C/C do art. 29 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Interdição do Estabelecimento. PROCESSO Nº E-07/002.14443/2013.

AUTO DE INFRAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR Nº COGEFI-SEAI/00139971

NOVE: Ilha dos Mineiros Extração Mineral Ltda. CNPJ/CPF Nº: 06.305.465/0001-37. ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, s. km 197. MUNICÍPIO: Quatzenópolis - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 83/C/C do art. 29 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Interdição do Estabelecimento. PROCESSO Nº E-07/002.14447/2013.

Id: 2104856

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 018/2018 (DP).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e RODRIGO PIRONI AGUIRRE DE CASTRO - ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO IN COMPANY DE GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016.

PRazo: O prazo desta contratação será o necessário à realização do curso e à entrega dos certificados, sendo estimado em 30 dias.

VALOR: R\$ 28.463,00 (vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e três reais).

DATA DE ASSINATURA: 15/03/2018.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.110/2018 (IL nº 001/2018 - DP).

*Omitido no D.O. de 16/03/2018.

Id: 2104855

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 012/2016 (DT).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e as empresas reunidas através do CONSORCIO COLLET - PB.

OBJETO: Reajustamento dos preços contratados pelo período correspondente a 3ª anualidade.

PRazo: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 1.472.558,10 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e dez centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.371/2014 (CN nº 012/2014).

Id: 2104863

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao TPRU nº 076/2013. **PARTE:** Centrais de Abastecimento do Estado Rio de Janeiro S.A. - CEASARJ e Distribuidora de Frutas Barbacena Ltda EPP. **OBJETO:** Alteração do TPRU nº 076/2013, havendo plena concordância das partes, visando à alteração do espaço físico de 171,50m², para passar a constar o espaço físico de 10,50m², do box 07 do Pavilhão 33 localizado na Avenida Brasil n. 19.001 - Irajá. **DATA DA ASSINATURA:** 30.04.2018. **PROCESSO Nº:** E-06/002.768/2013.

Id: 2104840

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao TPRU n. 320/2013. **PARTE:** Centrais de Abastecimento do Estado Rio de Janeiro S.A. - CEASARJ e Kifrut Comércio de Frutas Ltda. **OBJETO:** Alteração do TPRU nº 320/2013, havendo plena concordância das partes, visando à alteração do espaço físico de 571,60m², para passar a constar o espaço físico de 732,60m², dos Boxes 07B, 09, 09F, 11, 12, 13, e 14 do Pavilhão 33 e Box 22 do Pavilhão 34 localizados na Avenida Brasil nº 19.001 - Irajá. **DATA DA ASSINATURA:** 30.04.2018. **PROCESSO Nº:** E-06/002.507/2013.

Id: 2104861

Você precisa de um certificado digital. Então, que seja um oficial.

Emitted on the hour!

A partir de: **R\$85,00**

Descontos especiais para: ME, EPP/MEI, EIRELI



Faça o seu pedido aqui: www.ri.gov.br
Ou ligue para o 0800 000 0000

Imprensa Oficial